



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640222 - PR (2021/0013952-1)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : MATHEUS ONIAS DAVID
ADVOGADO : MATHEUS ONIAS DAVID - PR083855
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PACIENTE : EDUARDO PAULINO PEDROSO (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de EDUARDO PAULINO PEDROSO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO (HC n. 5057540-68.2020.4.04.0000/PR).

O paciente foi preso preventivamente pela suposta prática do delito tipificado no art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante sustenta que haveria constrangimento ilegal, na espécie, haja vista que o decreto preventivo careceria de elementos concretos e não teria demonstrado a presença dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Destaca as condições pessoais favoráveis do acusado.

Requer, liminarmente e no mérito, seja revogada a prisão preventiva do paciente com aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir do paciente e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*.

No caso, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto há fundamentação suficiente para a denegação da ordem mandamental e a manutenção da prisão cautelar, a bem da ordem pública, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ fls. 40-41):

Com efeito, os autos ressentem-se de qualquer elemento cognitivo apto a demonstrar o desacerto da decisão que decretou a prisão preventiva do paciente; tampouco, a alteração da equação fática que deu ensejo a sua prolação.

Rigorosamente, as razões de impetração omitem vigoroso combate à utilização da quantidade de droga apreendida neste caso concreto (aproximadamente 90kg de maconha) como um dos fundamentos adotados pelo MM. Juízo a quo ao decreto da prisão preventiva, notadamente ao acautelamento da ordem pública.

O próprio depoimento do paciente por ocasião da prisão em flagrante (evento 01 na origem) - "...QUE após serem submetidos a entrevista policial, EDUARDO disse que estava vindo de Salto del

Guaíra/PY, passado por Mundo Novo/MS QUE ambos estavam se deslocando para Curitiba/PR QUE ao ser indagado se havia algo de ilícito no veículo, EDUARDO prontamente disse estar levando Maconha "mocada" nas laterais do veículo bem como no painel QUE receberia R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para levar o produto ilícito até a capital paranaense QUE EDUARDO teria deixado o seu carro no Paraguai, um Ford Ka e buscou o Astra carregado com a droga..." - não sufraga as razões de impetração.

Ora, o modus operandi utilizado à internalização dessa elevada quantidade de droga em território nacional e a "remuneração" que seria paga ao paciente pelo seu "trabalho" na empreitada criminosa permitem inferir, ao menos nesse momento, que se está diante de uma organização criminosa na qual o paciente assemelha-se ao que se convencionou chamar de "mula". E essa atuação não se afigura de somenos importância.

De aí, conquanto se alegue a primariedade técnica do paciente como fundamento à revogação da prisão preventiva, o fato é que a reiteração criminosa em indivíduos envolvidos com organização voltada ao tráfico internacional de drogas há ser prevenida.

Por derradeiro, em relação à Recomendação nº 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça, cumpre observar que o paciente Eduardo Paulino Pedroso possui 24 anos e não restou demonstrado nos autos que o mesmo integre o grupo de risco a ser especialmente protegido tais como idosos, gestantes e pessoas com doenças crônicas, imunossupressoras, respiratórias e outras comorbidades preexistentes que possam conduzir a um agravamento do estado geral de saúde a partir do contágio, com especial atenção para diabetes, tuberculose, doenças renais, HIV e coinfeções, conforme preceitua a Recomendação nº 62 do CNJ.

Nessa equação, presente o conjunto de circunstâncias expostas acima e estando o decreto prisional fundamentado concretamente na presença dos pressupostos legais insculpidos no artigo 312 do Código de Processo Penal, em face de indícios suficientes de materialidade e autoria e do necessário resguardo à ordem pública/evitação de reiteração delitiva, impõe-se a manutenção da segregação preventiva do paciente.

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima o acusado.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do *writ*, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo pelo colegiado.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL.

AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido. (AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Ante o exposto, **indefiro** o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência